

Apresentação

Nesta 19ª Edição da Carta de Conjuntura da Saúde Suplementar, são apresentados os principais indicadores da economia brasileira e os dados de crescimento do número de beneficiários de planos de saúde no 2º tri/12. As análises dessas informações permitem fazer algumas inferências sobre o mercado de saúde suplementar.

No 2º tri/12, o crescimento do PIB foi de 0,4% em relação ao 1º tri/12 e de 0,5% em relação ao 2º tri/11, acumulando um crescimento de 0,6% no 1º semestre. A política monetária flexível adotada pelo governo para estimular o crescimento pela demanda pode ter contribuído para essa retomada.

Os sucessivos cortes na taxa básica de juros da economia pelo Copom (Comitê de Política Monetária) levaram a taxa a atingir 7,5% em agosto de 2012, o mínimo histórico. Ainda assim, o nível de consumo das famílias cresceu 0,6% no 2º tri/12, ante 0,7% no 2º tri/11. Esse índice demonstra uma limitação do estímulo ao crescimento via consumo. Outro fator que aponta nessa direção é o nível de endividamento das famílias, que cresceu durante todo o ano de 2012, atingindo 43,4% em maio.

Mesmo num cenário internacional ainda afetado negativamente pelos problemas de déficit público da zona do Euro, as principais economias emergentes têm crescido em um nível superior ao da economia brasileira. Entre os Brics, a China cresceu 7,6% no 2º tri/12 em relação ao 2º tri/11, a Índia cresceu 5,5% e a Rússia, 4,0%. Outros emergentes que também cresceram mais que os 0,5% brasileiros são Chile (1,7%) e México (0,9%).

Esse ritmo de crescimento do PIB

brasileiro já está impactando, ainda que lentamente, o mercado de trabalho, muito importante para o setor de Saúde Suplementar.

Mesmo com as oscilações do nível de atividade econômica, o mercado de trabalho vem mantendo um crescimento estável do número de empregos. Em ago/12, a taxa de desemprego atingiu 5,3% em agosto de 2012, o menor nível já observado nesse mês.

Mas, apesar dos altos níveis de emprego em 2012, o saldo de admitidos em relação ao de desligados tem caído. O número líquido de vagas formais criadas no 2º tri/12 foi de 571.114, 33,7% a menos do que no 2º tri/11. Essa diminuição foi maior do que a observada no 1º tri/12, cujo resultado foi 23,1% inferior ao do 1º tri/11.

Ressalta-se que o setor de saúde suplementar é bastante influenciado pelo desempenho do mercado de trabalho, pois é composto principalmente por planos de contratação empresarial. De acordo com os dados divulgados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), relativos a junho de 2012 (divulgados em setembro de 2012), existem aproximadamente 48,7 milhões de beneficiários de planos de saúde médico-hospitalares. Desse total, 62,9% são beneficiários de planos coletivos empresariais, o que evidencia a importância do mercado de trabalho como forma de expansão do setor de saúde suplementar.

Além desse, há diversos outros fatores que influenciam positivamente o crescimento da taxa de cobertura da saúde suplementar, como, por exemplo características individuais (idade,

Nesta Edição

	pág
1. Seção Especial	2
2. Cenário Macroeconômico	3
2.1. Nível de Atividade	3
2.2. Emprego	3
2.3. Renda	4
2.4. Consumo	4
2.5. Inflação	5
2.6. Mercado de Juros e Crédito	5
2.7. Câmbio	5
3. Síntese do Cenário Macroeconômico	6

nível de renda, estado de saúde, entre outros) e características do ambiente econômico. Destaca-se o crescimento econômico como importante variável que influencia o nível de cobertura da saúde suplementar. Uma breve análise do comportamento do PIB estadual e das taxas de cobertura será realizada na seção especial desta Carta de Conjuntura.

Boa Leitura!

Luiz Augusto Carneiro
Superintendente Executivo

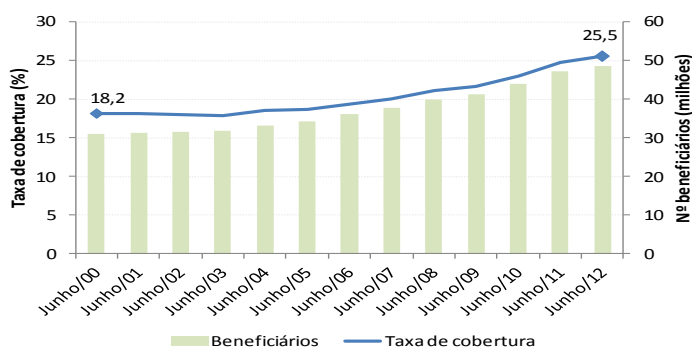
1. Seção Especial

Tendência da taxa de cobertura de planos de assistência médica-hospitalar e crescimento econômico brasileiro

O número de beneficiários de planos de saúde cresceu 59,5% entre mar/00 e jun/12 (ANS Tabnet), passando de 30.510.694 para 48.656.405 beneficiários. Especificamente, o número de beneficiários de planos médico hospitalares aumentou 48,6% entre 2000 e 2010. Destaca-se que o crescimento apresentado pelo setor de saúde suplementar foi superior ao da população brasileira, já que, entre 2000 e 2010, a população cresceu 12,3% (Censo 2010—IBGE). Além disso, houve um aumento na taxa de cobertura dos planos de saúde: em jun/00, essa taxa era de 18,2% e, em jun/12, alcançou 25,5% (Fig. 1).

A maior demanda dos indivíduos e das empresas por planos de saúde é positivamente impactada

Fig. 1: Taxa de cobertura e nº de beneficiários, 200-2012.



Fonte: ANS Tabnet.

pelo bom desempenho do nível de emprego e de renda, o que influencia, por sua vez, a expansão da cobertura de planos de saúde.

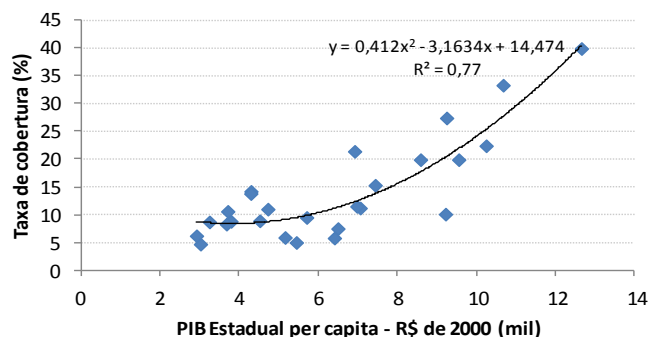
Na última década, a economia brasileira tem passado por um processo de estabilização e consolidação do crescimento econômico, o que tem permitido um bom desempenho dos indicadores de emprego e de renda dos trabalhadores brasileiros. Para exemplificar, a taxa de desemprego era de 11,7% em ago/2002 e chegou a 5,3% em ago/2012 (Pesquisa Mensal do Emprego/IBGE). No mesmo período, a renda real média da população ocupada cresceu em média 1,1% ao ano.

O crescimento econômico, portanto, tem gerado incremento nos empregos formais e elevação da renda *per capita* da população, contribuindo para um maior consumo de planos de saúde. Isso porque planos de saúde constituem um dos principais benefícios oferecidos pelas empresas empregadoras e um dos principais desejos de consumo das famílias brasileiras.

Considerando o PIB, um dos principais índices de crescimento econômico, o Brasil é hoje a 7ª economia mundial e o PIB *per capita* apresentou um aumento real de 28,7% entre 2000 e 2011.

Há também uma forte correlação (0,77) entre o PIB *per capita* estadual e a taxa de cobertura dos estados brasileiros. Evidencia-se isso ao se

Fig. 2: PIB per capita estadual e taxa de cobertura, 2009.



Fonte: Ipeadata e ANSTabnet. Elaboração IESS.

observar a dispersão dos dados de PIB per capita em 2009 (dados mais atuais de PIB per capita estadual) e a taxa de cobertura de planos de saúde (2009), indicadores que resultam um coeficiente de determinação de 77% (Fig.2). De acordo com esses dados, pode-se afirmar que, quanto maior o PIB per capita do estado, maior a taxa de cobertura de sua população. Esse valor revela, portanto, uma forte associação dos dados.

2. Cenário Macroeconômico

2.1 Nível de Atividade

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no 2º tri/12 foi de 0,4%. Comparado com o crescimento do 1º tri/12, de 0,1%, pode-se afirmar que há uma lenta recuperação da economia. Mas o crescimento em 12 meses foi de 0,5%, muito abaixo do verificado em 2011, que chegou a 3,3%.

Por setor da economia, a principal contribuição para o crescimento positivo do PIB foi da Agropecuária, que cresceu 4,9% no 2º tri/12 em relação ao 1º tri/12. Esse setor está à frente do de serviços, que cresceu 0,7%.

A contribuição negativa para o desempenho da atividade econômica foi do setor industrial, que apresentou queda de 2,5% no 2º tri/12 em relação ao 1º tri/12. Esse resultado foi influenciado principalmente pela queda de 5,3% da Indústria de transformação, que diminuiu a produção de alguns produtos, como materiais eletrônicos.

O comportamento da economia no 2º tri/12 resultou em um crescimento acumulado no ano de 0,6% (em relação ao 1º semestre de 2011), o que influenciou negativamente as expectativas de mercado. Na última edição da Conjuntura, a expectativa de crescimento do PIB em 2012, apurada pelo Boletim Focus do Banco Central, era de 2,05%. Para esta edição, o último Boletim Focus apurou a expectativa de crescimento de 1,62%.

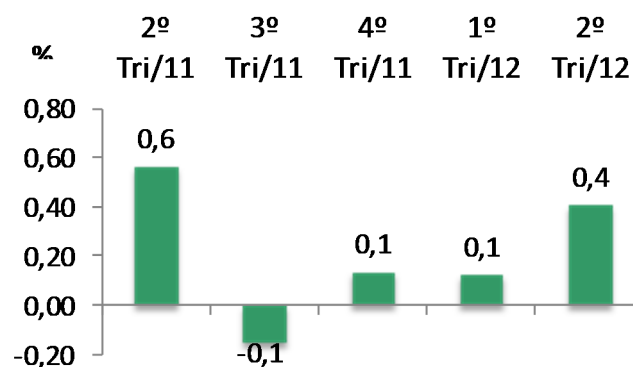
Além de um menor crescimento do PIB, o mercado também espera que o governo se mantenha firme na política de redução da taxa básica de juros, batendo outro recorde de queda da Selic, com fechamento previsto em 7,25%.

2.2 Emprego

A taxa de desemprego nas 6 principais regiões metropolitanas do país¹ atingiu em março o valor máximo do ano, 6,2%, após acentuada elevação nos três primeiros meses de 2012. A partir de então, a taxa vem caindo e atingiu 5,3% em agosto, o menor valor registrado para esse mês.

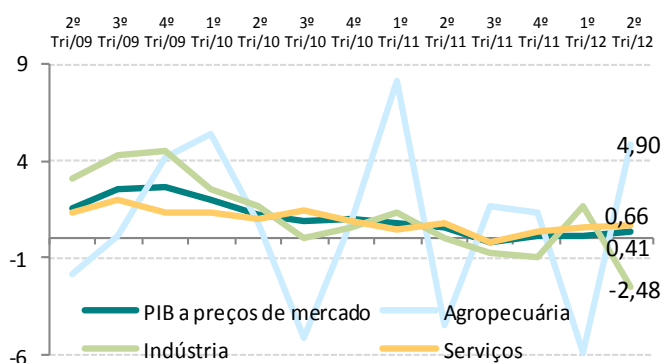
Mesmo com a taxa de desemprego decrescente e a níveis historicamente baixos para cada mês, o mercado de trabalho apresenta sinais de desaquecimento. O saldo de admitidos menos desligados no 1º semestre de 2012 foi de 1.090.347, 29% inferior ao saldo do mesmo período de 2011.

Gráfico 1: Taxa trimestral de crescimento do PIB.



Fonte: Contas Trimestrais IBGE.

Gráfico 2: Taxa de crescimento por setor 1ºTri/2012



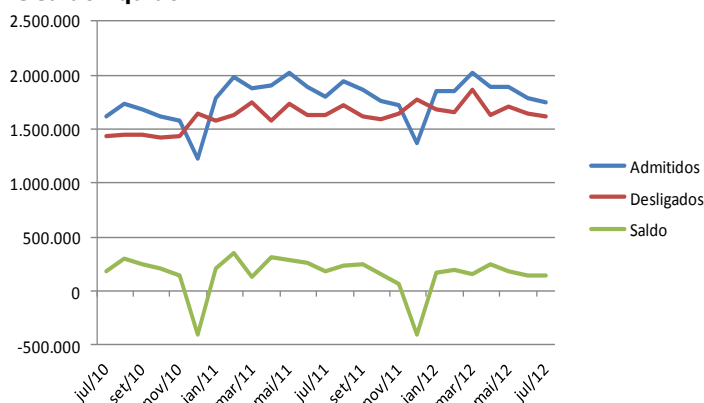
Fonte: Contas Trimestrais IBGE.

Tabela 1 - Expectativas de mercado para 2012

Indicador	Expectativa
IPCA (Δ%)	5,24
IGP-M (Δ%)	8,21
Meta Taxa Selic (%)	7,25
Câmbio (R\$/US\$)	2,00
PIB (Δ%)	1,62

Fonte: Boletim Focus divulgado dia 06/set/2012

Gráfico 3: Evolução do número de admitidos e desligados e saldo líquido.



Fonte: Caged/TEM.

O saldo de criação de emprego no 2º tri/12 foi de 571.114 admitidos (Tabela 2), 33,7% menor do que o do mesmo período de 2011.

O desempenho inferior em relação a 2011 ocorreu em todos os setores econômicos, com destaque para a Indústria, cujo saldo líquido no 2º tri/12 foi 40,7% inferior ao do mesmo período do ano passado.

O resultado do setor de Agropecuária apresentou a menor queda no período (-29,4%), refletindo a recuperação do nível de atividade econômica desse setor no 2º tri/12 (4,9%).

Apesar disso, o setor que mais contribuiu para o saldo líquido de admitidos foi o de Serviços, com 34,7% do saldo total gerado pela economia.

2.3 Renda

O rendimento real médio da população ocupada em agosto de 2012 cresceu 2,3% em relação a agosto de 2011, com média de R\$ 1.758,10 (Gráf.4).

O maior aumento de rendimento nos 12 meses anteriores a agosto foi na categoria dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada (4,4%), enquanto o menor foi na categoria dos trabalhadores do setor público (2,0%).

Esse crescimento nacional foi impulsionado pelas variações positivas verificadas nas Regiões Metropolitanas (RM) de Recife-PE (8,7%) e de São Paulo-SP (5,7%). A variação negativa mais acentuada foi a da RM do Salvador-BA (-4,3%).

2.4 Consumo

As despesas de consumo das famílias aumentaram 0,6% no 2º tri/12 em relação ao 1º tri/12. Assim, apesar das políticas de crédito do governo para estimular o consumo (e, conseqüentemente, a economia), o ritmo foi menor: no 2º tri/12, o nível de consumo em relação ao PIB foi de 61%, inferior ao do 1º tri/12 (64%).

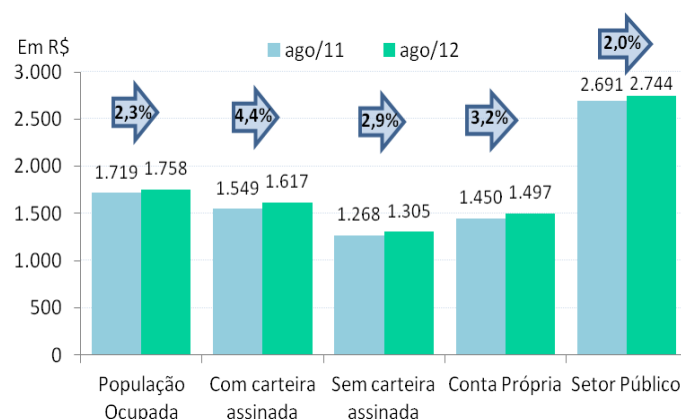
No mesmo período, o crescimento do consumo da administração pública foi superior ao das famílias, aumentando 3,1%.

Tabela 2: Saldo líquido de admitidos no 2º tri/12 por setor econômico.

Setor	Saldo Líquido	Proporção do total (%)	Varição em relação ao 2º tri/11 (%)
Indústria	82.283	14,4	-40,7
Construção Civil	75.109	13,2	-34,9
Comércio	75.033	13,1	-39,3
Serviços	198.253	34,7	-30,4
Agropecuária	140.436	24,6	-29,4
Total	571.114	100	-33,7

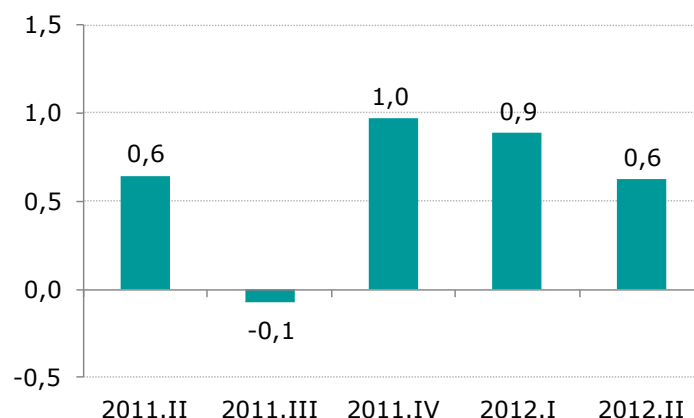
Fonte: Caged/MTE.

Gráf. 4: Rendimento médio real habitualmente recebido (em R\$) e variação anual (em %)



Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego/IBGE.

Gráf. 5: Variação trimestral da despesa de consumo das famílias (%)



Fonte: Contas Trimestrais IBGE.

2.5 Inflação

Em jul/2012, a taxa de inflação, medida pelo índice IPCA, acumulado em 12 meses, cresceu 5,2%, encerrando uma trajetória de queda que persistia desde out/2011. Em ago/2012, a taxa se manteve no mesmo patamar de 5,2%.

Da cesta de produtos analisada pelo IBGE, o item Alimentação e Bebidas foi o que apresentou a maior variação positiva em julho e agosto. Isso se deve, principalmente, à alta do preço das commodities alimentícias no mercado internacional e também à desvalorização do real frente ao dólar durante o 1º semestre de 2012, o que encareceu os importados.

2.6 Câmbio

A taxa de câmbio do real em relação ao dólar tem se mantido relativamente estável desde maio de 2012, oscilando entre R\$2,00 e R\$2,10 por dólar.

Entre fevereiro e junho, a taxa de câmbio apresentou acentuada desvalorização, passando de R\$ 1,7 por dólar para R\$ 2,0. A desvalorização observada no 1º semestre é influenciada pelas sucessivas quedas da taxa de juros básica da economia (Selic) e pelas medidas protecionistas (como controles de ingresso de moeda estrangeira) adotadas pelo governo para evitar apreciação excessiva do real.

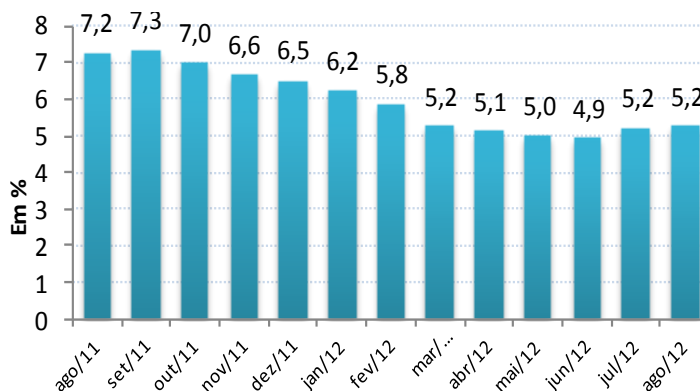
2.7 Mercado de Juros e Crédito

A flexibilização da política monetária continuou no 2º tri/12, com dois cortes na taxa de juros (Selic). Em setembro/12, houve mais um corte, que resultou no menor nível histórico da Selic: 7,5%.

O volume total de crédito em relação ao PIB passou de 48,8% em Jan/12 para 50,7% em Jul/12. Entretanto, a estratégia adotada pelo governo para estimular o nível de atividade econômica, com concessão de crédito, pode ser limitada por alguns fatores. Dentre eles, destacam-se os limites de aumento do consumo das famílias.

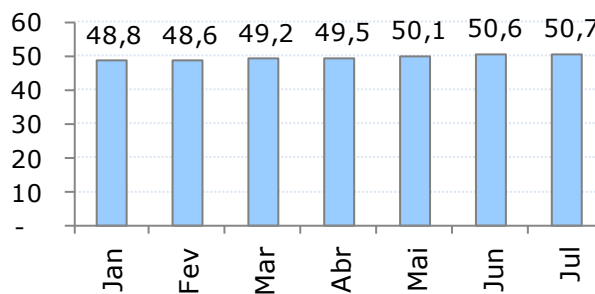
No 1º semestre/12, por exemplo, o endividamento das famílias brasileiras passou de 42,7% dos seus rendimentos para 43,4% (Gráfico 8). Se essa situação persistir, no longo prazo, podem surgir efeitos adversos, como a elevação da taxa de inadimplência, o que já vem ocorrendo desde 2011 (Gráfico 9).

Gráfico 6: Índice de Inflação IPCA - Acumulado nos últimos 12 meses



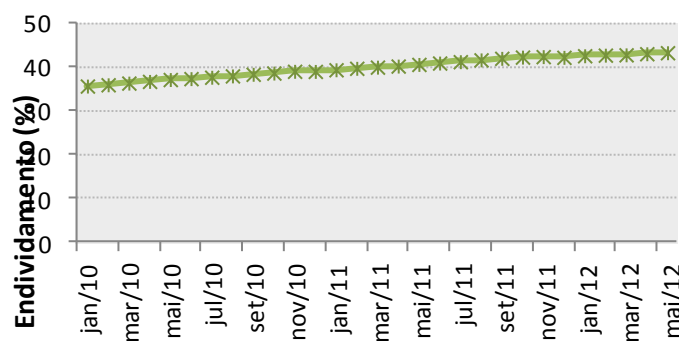
Fonte: SIDRA IBGE.

Gráfico 7: Total de crédito do sistema financeiro aos setores público e privado (% do PIB).



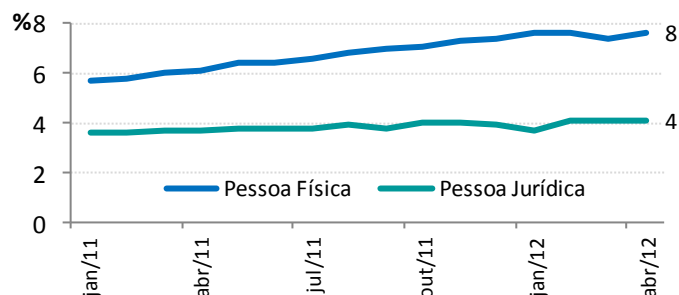
Fonte: Banco Central do Brasil.

Gráfico 8: Endividamento das famílias em relação à renda acumulada dos últimos doze meses (%)



Fonte: Banco Central do Brasil.

Gráfico 9: Taxas de Inadimplência (%)



Fonte: Banco Central.

3. Síntese do Cenário Macroeconômico

Variável	Variação em 12 meses (entre 2ºTri/2011 e 2ºTri/2012)		
PIB	0,5%		
Variável	2ºTri/2011	2ºTri/2012	Δ% no período
Consumo da Administração Pública (R\$ milhões correntes)	210.482	228.505	8,6%
Consumo das famílias (R\$ milhões correntes)	617.653	672.066	8,8%
Emprego e Renda - PME (Regiões Metropolitanas)	Ago/11	Ago/12	Δ% no período
População Ocupada (Em mil pessoas)	22.623	22.952	1,5
Empregados com carteira assinada (Em mil pessoas)	12.036	12.415	3,1
Empregados no setor público (Em mil pessoas)	1.703	1.805	6,0
Renda média real mensal (R\$ correntes)			
População Ocupada	1718,5	1.758,10	2,3
Setor privado com carteira assinada	1.549,01	1.617,00	4,4
Setor público	2.690,81	2.743,70	2,0
Inflação	Abr/12	Mai/12	Jun/12
IPCA (%) – Variação em 12 meses	5,1	5,0	4,9
IGP-M (%) – Variação em 12 meses	3,7	4,3	5,1
Juros e Câmbio	29/jun/11	29/jun/12	Δ%no período
Taxa de Juros Selic (%) - Último dia do mês	12,25	8,50	- 3,75 p. p.
Câmbio (R\$/US\$) - Último dia do mês	1,56	2,02	29%

ReferênciasIBGE:

Banco de Dados Agregados—Sidra

Contas Nacionais Trimestrais/ 1º Trimestre-2012

Pesquisa Mensal do Emprego—PME

Banco Central do Brasil:

Sistema Gerenciador de Séries Temporais—SGS

Boletim Focus

Ministério do Trabalho e Emprego — MTE:

Cadastro Geral de Empregados e Desempregados—Caged

Relação Anual de Informações Anuais — RAIS

Saúde Suplementar em Números

Os últimos dados disponíveis para o setor de saúde suplementar foram os divulgados em setembro de 2012 (com data-base junho de 2012), já analisados na 22ª Edição da Nota de Acompanhamento do Caderno de Informação da Saúde Suplementar de setembro de 2012, disponível em <http://www.iess.org.br/html/NACISSIESS22edSet12.pdf>

¹ Belo Horizonte—MG, Porto Alegre—RS, Recife—PE, Rio de Janeiro—RJ, Salvador—BA, São Paulo—SP.

EQUIPE

Luiz Augusto Carneiro
Superintendente Executivo
Amanda Reis A. Silva
Pesquisadora
Greice Mansini
Pesquisadora
Francine Leite
Pesquisadora

Rua Joaquim Floriano 1052, conj. 42
CEP 04534 004
Itaim Bibi, São Paulo
www.iess.org.br

Tel: 55-11-3706-9747
Fax: 55-11-3706-9746
Email: contato@iess.org.br

Documento disponível em:
<http://www.iess.org.br/ConjunturaSS18edjun2012.pdf>